

HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO: O GRUPO ESCOLAR PROFESSORA FLORIPES SODRÉ, DE JEQUIÉ-BAHIA (1970-2003)

Data de aceite: 01/04/2024

Irani Silva Carvalho

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Santa Mônica

Sônia Maria dos Santos

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Professora titular aposentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua como docente permanente no Mestrado, Doutorado e pós-doutorado do PPGED/FACED/UFU

RESUMO: O artigo “História da alfabetização: O Grupo Escolar Professora Floripes Sodré em Jequié - BA - 1970 a 2003” apresenta um estudo em estágio de desenvolvimento que busca traçar a história do Grupo Escolar Professora Floripes Sodré, localizado em Jequié, Bahia. Fundada em 1970 e autorizada como grupo escolar em 1976, a escola passou a oferecer outras séries do Ensino Fundamental somente em 2003, quando deixou de ser um grupo escolar. O objetivo principal da pesquisa é

analisar, os por quês dessa criação tardia no interior da Bahia, uma vez que a LDB 5692/71 sinalizava a extinção dos grupos escolares em todo território brasileiro. Outras perguntas surgiram no decorrer do estudo, quem foi a Professora Floripes Sodré, a qual foi homenageada autorizando que o grupo escolar recebesse seu nome. A metodologia dessa pesquisa é qualitativa e se baseia na pesquisa bibliográfica e documental, como também na História Oral, que por sua vez revelou-se como metodologia principal, a qual conseguimos entrevistar 7 narradores na cidade de Jequié/BA, os quais trouxeram vivências e experiências singulares para esse estudo, e conseqüentemente para a construção da dissertação. Espera-se que os resultados possam contribuir não só para a historiografia dos grupos escolares no Brasil, mas sobretudo sobre a história local.

PALAVRAS-CHAVE: History of literacy; Bahia; School Groups;

HISTORY OF LITERACY: THE PROFESSORA FLORIPES SODRÉ SCHOOL GROUP, FROM JEQUIÉ-BAHIA (1970-2003)

ABSTRACT: The article “History of literacy: The Professora Floripes Sodré School Group in Jequié - BA - 1970 to 2003” presents a study in the development stage that seeks to trace the history of the Professora Floripes Sodré School Group, located in Jequié, Bahia. Founded in 1970 and authorized as a school group in 1976, the school began to offer other grades of Elementary Education only in 2003, when it ceased to be a school group. The main objective of the research is to analyze the reasons for this late creation in the interior of Bahia, since LDB 5692/71 signaled the extinction of school groups throughout Brazilian territory. Other questions arose during the study, who was Professor Floripes Sodré, who was honored by authorizing the school group to receive her name. The methodology of this research is qualitative and is based on bibliographical and documentary research, as well as Oral History, which in turn proved to be the main methodology, in which we were able to interview 7 narrators in the city of Jequié/BA, who brought experiences and unique experiences for this study, and consequently for the construction of the dissertation. It is hoped that the results can contribute not only to the historiography of school groups in Brazil, but above all to local history.

KEYWORDS: History of literacy; Bahia; School Groups;

INTRODUÇÃO

O processo de criação e de extinção dos grupos escolares no Brasil foi gradual e esteve relacionado a mudanças na legislação educacional do país, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1971. Essa legislação marcou o início de uma nova fase na educação brasileira, com a substituição dos grupos escolares pelo sistema de ensino de primeiro grau, o qual unificou o ensino primário e ginasial, reorganizando a estrutura da educação básica no país.

Segundo Vidal (2006), o estudo que se propõe a investigar a cultura escolar primária e/ou a história da infância brasileira durante o período republicano enfrenta a presença frequente dos Grupos Escolares. Originados a partir de 1893 em São Paulo e no Rio de Janeiro, e gradualmente regulamentados e estabelecidos em outros estados nas duas primeiras décadas do regime republicano, os Grupos Escolares desempenharam um papel crucial na educação de pelo menos duas gerações de brasileiros, proporcionando a inserção de uma parcela significativa da população nacional no universo do conhecimento formalizado. Sua extinção ocorreu apenas em 1971, com a promulgação da Lei 5.692 (Vidal, 2006, p.5).

Este estudo constitui-se como um recorte da pesquisa de dissertação em mestrado, e tem como objetivo central verificar por que o Grupo Escolar Professora Floripes Sodré, na cidade de Jequié – Bahia, foi criado como “grupo escolar” em 1976, apesar da extinção desses grupos no Brasil pela Lei Federal nº 5.692/71. A justificativa para tal escolha se dá pela necessidade de refletir sobre as particularidades que permearam as questões educacionais no interior da Bahia, visando desvelar para a sociedade como o processo

histórico de construção do saber esteve atrelado ao contexto cultural, político e econômico de uma região. Além disso, deseja ampliar os estudos sobre esse tema no Estado, visto que ao realizar o estado da arte foi constatado que os estudos existentes ainda não trataram dessa problemática específica. O recorte temporal é de 1970 a 2003, que se justifica pela data da criação da escola em 1970 até a mudança de nome para Escola Estadual Professora Floripes Sodré em 07/03/2003. O referencial teórico utilizado para subsidiar a pesquisa são advindos da História cultural e de pesquisadores tais como: Vidal, Souza, Faria Filho, Saviani, Araújo, Britto, entre outros que se destacam sobre história da educação e implementação dos Grupos Escolares no Brasil.

Diante disso, a singularidade do Grupo Escolar Professora Floripes Sodré reside no fato de sua autorização ter sido formalizada por meio do Ato de Criação em 13/04/1976. Sendo relevante destacar que essa autorização ocorreu após a promulgação da Lei 5.692/71, a qual sinaliza que a extinção dos grupos escolares em todo o Brasil. Portanto, os objetivos específicos são investigar o contexto histórico da fundação e extinção da escola, visto que a portaria 2395/2003 que mudou a nomenclatura de Grupo Escolar para Escola Estadual Professora Floripes Sodré, autoriza ministração do Ensino Fundamental a partir dessa data como também pretendemos analisar a legislação baiana, desse período.

Dessa forma, para tentar responder as questões elencadas, é imprescindível realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre a história da instituição e o contexto em que ela surgiu, buscando evidências históricas. Para isso, é preciso dialogar com as fontes bibliográficas, documentais e orais, utilizando pesquisas em arquivos históricos, documentos oficiais, entrevistas com ex-alunos, ex-professores e/ ou funcionários da escola ou pessoas da comunidade que possam fornecer dados concretos e esclarecedores. Nesse sentido, Saviani (2006), ressalta a importância das fontes na construção da pesquisa histórica e na reconstrução do objeto de estudo:

A utilização das fontes histórica não trata de buscar as origens ou a verdade de tal fato, trata-se de entender estas enquanto registro testemunhos dos atos históricos. É a fonte do conhecimento histórico, é nela que se apoia o conhecimento que se produz a respeito da história. Elas indicam a base e o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se buscam compreender. (Saviani, 2006, p.30)

Em consonância, Nosella e Buffa (2013), afirmam que ao combinar a análise documental com outras metodologias e fontes de pesquisa, os historiadores podem obter uma visão mais completa e precisa da história da educação, considerando os diferentes aspectos que compõem a cultura escolar e a experiência educacional:

As memórias, histórias de vida (escritas ou orais), livros, cadernos de alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de outro, correspondências, relatórios, fotografias, plantas baixas dos prédios, dentre outras fontes, são importantíssimas para a história da educação (Nosella; Buffa, 2013, p. 75).

Conforme os autores, a análise essencial das particularidades materiais, dos dados empíricos gira em torno das “trajetórias dos alunos, ex-alunos e docentes, bem como estudar os conteúdos e as metodologias utilizadas na instituição em pauta” (Nosella; Buffa, 2013, p. 85), de modo a encontrar o movimento da escola com o movimento da sociedade à qual serve e é por ela constituída, ao mesmo tempo. Nesse contexto a pesquisa será qualitativa de cunho bibliográfico, documental e oral.

DESENVOLVIMENTO

Os grupos escolares, modelo de escolarização primária, propostos no primeiro período republicano e extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692/71, desempenharam um papel fundamental na formação básica de inúmeras pessoas, sendo responsáveis por fornecer educação primária em diversas cidades. Os prédios onde funcionaram essas instituições escolares muitas vezes permanecem como testemunhos físicos dessa época.

Souza (2014), destaca que São Paulo foi pioneiro na implantação dos grupos escolares a partir de 1893 e se tornou uma referência para os demais estados brasileiros. Esse pioneirismo pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo a política educacional adotada na época e o contexto social e econômico do estado (Souza, 2014, p. 56).

A definição de grupos escolares segundo Souza (2014), surgiu da ideia de reunir em um só prédio as escolas já existentes em determinada localidade, consolidando-as em uma única instituição. Esse processo foi viabilizado por meio de um artifício legal, que permitia ao governo autorizar que várias escolas funcionassem juntas em um único prédio, caso estivessem dentro do raio de obrigatoriedade escolar. Essa reunião de escolas recebeu a denominação de “grupos escolares”, que foi preferida em relação ao termo “escolas centrais” (Souza, 2014, p. 61).

Desde a sua criação no período Republicano até a sua extinção em 1970, os grupos escolares desempenharam um papel fundamental na formação básica de inúmeras pessoas, sendo responsáveis por fornecer educação primária em diversas cidades brasileiras. Segundo Faria Filho (2000), os grupos escolares não apenas ofereceram uma organização educacional diferente, mas também influenciaram profundamente a forma como o ensino era concebido e praticado:

Os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (FARIA FILHO, 2000, pag.37)

Nesse aspecto, Souza (1998), aponta que a implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação do Estado de São Paulo e do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. (Souza, 1998, p. 30)

No bojo das implantações dessa modalidade escolar no Brasil, Rocha; Barros, (2006, p. 173), destaca que “Salvador, é distinta de outras capitais, onde até hoje se encontram vestígios dessas construções espalhadas em diversos pontos da cidade. Salvador, à primeira vista, parece que não possui os “templos da civilização” como foram consagrados os grupos escolares pela literatura educacional, instituições eleitas como modelo para difundir os valores republicanos.”

Nessa perspectiva, as autoras ressaltam que, embora os Grupos Escolares tenham sido descritos na legislação desde 1895, o primeiro a ser instalado na Bahia foi o Grupo Escolar da Penha, inaugurado em 1908, localizado em Salvador, posteriormente denominado de Grupo Escolar Rio Branco, este “grupo era constituído de escolas elementares e complementares” (Rocha; Barros, 2006, p. 253).

Nesse contexto, a disseminação dos grupos escolares no interior da Bahia ocorreu de forma mais lenta e peculiar, pois a situação econômica, conflitos políticos e outros aspectos sociais da realidade da época corroboraram para este fato. Além disso, as construções contemplavam no primeiro momento as cidades mais próximas à capital. Dessa forma, a localização geográfica de Jequié (localizada a aproximadamente 365 quilômetros de Salvador) e a sua emancipação em 1897, juntamente com os conflitos políticos existentes, podem ter contribuído para a demora da criação dos grupos escolares na cidade.

Os primeiros estabelecimentos escolares que surgiram em Jequié foram frutos da iniciativa privada. As escolas eram primárias, sendo algumas delas subvencionadas pela prefeitura, que funcionavam na sede do município e em alguns povoados. O ensino era considerado de ótima qualidade. A escola mais importante, foi dirigida pelo seu proprietário e primeiro professor leigo de destaque da região, Damião Vieira, que já vinha atuando como educador primário, antes da emancipação da cidade. (Araújo, 1997, p. 224)

O primeiro prédio público edificado com o objetivo de ser um estabelecimento escolar em Jequié, foi inaugurado em 19 de agosto de 1934. Trata-se do Grupo Escolar Castro Alves, que foi construído pelo governador Juracy Magalhães, na gestão do prefeito João Carlos Borges, tornando-se o principal grupo escolar primário da cidade, em todos os tempos. Em suas salas, esse glorioso prédio recebeu inúmeros alunos, de todas as camadas sociais e contribuiu, sobremaneira, na formação primária dos principais cidadãos ilustres de Jequié. (Araújo, 1997, p.343).

No contexto do Estado da Bahia, os desafios enfrentados na área da educação refletem uma realidade de subdesenvolvimento e carências estruturais. Como evidenciado em dados coletados por Britto (1991) em um determinado período, o Estado abrigava uma população significativa, com uma superfície de 561.026 km², ocupados por 7.192.000 habitantes, o que corresponde a 6,59% do território nacional e 7,6% da população do Brasil, e enfrentava graves deficiências no acesso à educação, como demonstra,

A situação é a de uma região subdesenvolvida, em 1962 a escolarização só atingia 54,4% de crianças de 7 a 14 anos. Três anos mais tarde, o número bruto de inscrições nas escolas diminuiu, enquanto o índice de crescimento demográfico nesse mesmo grupo etário se eleva anualmente a mais de 2%. Em 1965, o déficit escolar eleva-se a 685.976 crianças (de 7 a 14 anos) e 31 municípios jamais tinham tido escola. Além disso, na mesma época, as escolas de um só professor (o mais das vezes em uma sala em péssimo estado) correspondiam a 78% da rede existente e o número de professores leigos atingia a 48,5% do pessoal docente. (Britto, 1991, p.9).

Em 1967 foi estabelecida a Lei Orgânica do Estado da Bahia (Lei nº 2.463 de 13 de setembro de 1967), uma legislação fundamental que estabeleceu as bases para a organização e funcionamento do governo estadual na época. Aprovada durante o regime militar, foi promulgada em um contexto de significativas mudanças políticas e sociais no Brasil. Essa lei delineou a estrutura do governo estadual, estabelecendo as atribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como as competências de cada órgão e a forma de organização administrativa do estado. Além disso, a Lei Orgânica da Bahia de 1967 definiu os direitos e deveres dos cidadãos baianos e estabeleceu princípios fundamentais para a governança do estado. No contexto educacional, Bahia, Lei nº 2.463 de 13 de setembro de 1967, estabeleceu-se para o Ensino Primário que,

Art. 16 A educação primária será ministrada em dois (2) graus, um fundamental de cinco (5) anos e outro complementar de dois (2) anos.

Art. 17 Ao fim do grau fundamental de cinco (5) anos, desde que provada suficiente educação primária em exame regulamentado pela Secretaria da Educação e Cultura, o aluno poderá ser matriculado no primeiro ano do primeiro ciclo do ensino médio.

Art. 18 O ensino primário em grau complementar será ministrado em dois anos, com programa que se caracteriza por um currículo próprio destinado a dar ao aluno formação ou preparo de caráter conclusivo, de acordo com as normas que forem expedidas pelo Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único O Conselho Estadual de Educação regulamentará a articulação do grau complementar com o primeiro (1º) ciclo do ensino médio.

Art. 19 A educação primária de grau fundamental será dada em escola primária, e ade grau complementar em escola complementar, sendo esta instalada preferencialmente nos Municípios em que não haja ginásio. Bahia, 1967, p.17)

O crescimento populacional em Jequié instigou a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para o avanço educacional. De acordo com ARAÚJO (1997), no censo de 1950, Jequié ocupava a 7ª posição entre os municípios mais populosos da Bahia, sendo superado por Salvador, Itabuna, Feira de Santana, Poções e Vitória da Conquista, e figurava como o quadragésimo oitavo município mais populoso do Brasil (Araújo, 1997, p.398). Em 1968, o Instituto Brasileiro de Estatística (IBE), afiliado ao IBGE, realizou um levantamento mais detalhado, estimando a população de Jequié em 84.430 habitantes e elevando o município à 5ª posição entre os mais populosos do estado (Araújo, 1997, p.401).

Este crescimento demográfico evidencia a necessidade urgente de aprimoramento das políticas educacionais na região. Nesse cenário, progressivamente, a cidade experimentou algumas melhorias com a implementação de novas instituições educacionais. O Censo Escolar de 1964 revelou que 48,7% das crianças em idade escolar frequentavam escolas de Ensino Primário (Estado 51,3%). O índice nas zonas urbanas elevava-se a 70%, em relação à zona rural que era de 13,7%. Foram contados 195 professores regentes de classe e 25 não regentes. Dos primeiros, 137 eram normalistas, todos do sexo feminino, e atuavam nas áreas urbanas; dos 58 não normalistas, 51 eram mulheres. O ensino primário fundamental comum contava, em 1969, com 111 unidades escolares e um corpo docente de 342 professores. No início do ano letivo matricularam-se 12.928 alunos. (IBGE, p.13).

Nesse contexto, o segundo grupo escolar na cidade foi estabelecido em 11/05/1958, denominado Grupo Escolar Ademar Vieira, e teve sua regulamentação oficializada pela Portaria 2879, datada de 05 de maio de 1981. É importante destacar que essa portaria menciona explicitamente o propósito de ministrar o **ensino de 1º Grau**. Em 02/09/2004 passou a denominar-se Escola Estadual Ademar Vieira e foi municipalizada em 25/03/2006.

Além disso, ao longo das décadas seguintes, outros grupos escolares foram estabelecidos na cidade, em bairros diferentes, expandindo ainda mais a oferta educacional conforme o crescimento e necessidade da população jequiense. Por exemplo; Grupo Escolar Anísio Teixeira, Grupo Escolar Professor Firmo Nunes de Oliveira, Grupo Escolar Rosa Levita, *Grupo Escolar Professora Floripes Sodré*, Grupo escolar Professora Faraildes Santos, Grupo Escolar Jornalista Fernando Barreto, Grupo Escolar Josaphat Marinho, Grupo Escolar Professora Adelaide Rodrigues Lima, Grupo Escolar Dom Climério de Andrade, Grupo Escolar Franz Gedeon, Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo Escolar Navarro de Brito. Segue abaixo um quadro consolidado com as principais informações sobre os grupos escolares estabelecidos na cidade de Jequié, incluindo, nomes das escolas, datas de fundação, mudança de nome (nomenclatura) e situação atual.

1. As 111 unidades mencionadas incluem além dos Grupos Escolares, escolas particulares, municipais e escolas reunidas que não foram mencionadas neste estudo.

Grupos Escolares	Criação/ Funcionamento	Mudança de nome para Escola Estadual	Situação atual
Grupo Escolar Castro Alves	19/08/1934	-----	Extinta
Grupo Escolar Ademar Vieira	11/05/1958	02/09/2004	Municipalizada 25/03/2006
Grupo Escolar Anísio Teixeira	14/04/1960	02/09/2004	Extinta 23/12/2006
Grupo Escolar Professor Firmo Nunes de Oliveira	1964	12/03/1988	Ativa
Grupo Escolar Rosa Levita	1965	06/02/2002	Extinta 24/03/2004
Grupo Escolar Professora Floripes Sodré	1970	07/03/2003	Municipalizada 18/01/2018
Grupo escolar Professora Faraildes Santos	1965 06/05/1981	23/08/2000	Ativa
Grupo Escolar Jornalista Fernando Barreto	06/05/1981	21/04/2004	Ativa
Grupo Escolar Josaphat Marinho	06/05/1981	-----	Extinta 25/03/2004
Grupo Escolar Professora Adelaide Rodrigues Lima	1965 06/05/1981	02/09/2004	Municipalizada 25/03/2006
Grupo Escolar Dom Climério de Andrade	06/05/1981	-----	Extinta 2004
Grupo Escolar Lomanto Júnior	06/05/0981	21/04/2004	Extinta 26/08/2010
Grupo Escolar Franz Gedeon	06/05/1981	02/09/2004	Municipalizada 23/03/2003
Grupo Escolar Duque de Caxias	1965 06/05/1981	21/04/2004	Ativa
Grupo Escolar Navarro de Brito	1965 27/10/1970	20/10/1998	Ativa

Quadro 1 – Grupos Escolares fundadas em Jequié

Fonte: as autoras

Ao investigar a origem dos demais grupos escolares na cidade de Jequié, ficou evidente que diversos estabelecimentos foram estabelecidos como Grupo Escolar mesmo após a sua extinção pela lei 5.692/71, sendo posteriormente redesignados como Escolas Estaduais. Nesse aspecto, percebe-se que além disso, alguns estabelecimentos fundados de 1934 a 1965, foram regulamentados posteriormente através da Portaria 2079 de 06/05/1981. Essa portaria publicada no Diário Oficial resolve considerar criadas a partir da data do seu funcionamento, as unidades escolares de 1º grau, pertencentes a CR/08 – Jequié – BA. As escolas constantes nessa relação são: Alto da Coelba, Primária Anexa ao CETEJE, Reunidas da Associação Cultural Jequiense, Reunidas João Cordeiro, Grupo Escolar Franz Gedeon, Grupo Escolar Ademar Vieira, Grupo Escolar Anísio Teixeira, Grupo Escolar Castro Alves, Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo Escolar Dom Climério de Andrade, Grupo Escolar Jornalista Fernando Barreto, Grupo Escolar Josaphat Marinho, Grupo Escolar Lomanto Júnior, Grupo Escolar Professor Firmo Nunes de Oliveira, Grupo escolar Professora Faraildes Santos, Grupo Escolar Rosa Levita, Vasco Filho.

Observa-se que o Grupo Escolar Professora Floripes Sodré não está presente na lista publicada. Desse modo, presume-se que, se a finalidade da portaria tenha sido para regulamentar as escolas já em funcionamento, não se aplicou ao Floripes Sodré, visto que, já havia sido regularizado pelo Ato de criação Portaria nº 1294, datado de 13/04/1976.

Nesse sentido, a trajetória do Grupo Escolar Professora Floripes Sodré teve início em 1969 com a doação do terreno destinado à construção da escola. Essa doação está documentada na Certidão de Registros emitida pelo Tabelionato de Jequié de Arthur Miranda Pereira, registrada no Livro nº 135, Fls. 109, na qual consta o Município de Jequié como doador ao Estado da Bahia, datado em 12 de setembro de 1969.

[...]de uma parte como outorgante doador o “Município de Jequié”, deste Estado, [...] de outra parte como outorgado donatário o Estado da Bahia, [...] e a terceira com três mil metros quadrados, sendo cinquenta metros de frente por sessenta metros de frente a fundo, num local denominado “**Cansanção**”, numa rua em projeto ao lado da Avenida Lomanto Junior, a um dos lados de quem vai desta cidade para o Bairro de “Cidade Nova” ou Bairro Presidente Kennedy, todas as três situadas nesta cidade, livre de ônus ou impostos; que pela presente doava como de fato ora doado tem o outorgado donatário o **Estado da Bahia**, através a secretaria de Educação e Cultura, as áreas de terras próprias para construções, acima descritas, caracterizadas e confrontadas e desde já cede e transfere ao mesmo outorgado donatário toda a posse, domínio, direito e ação que sobre os aludidos imóveis ora doados exercia, para que o mesmo para que o mesmo outorgado donatário possa dêles usar, gozar como seus que são e ficam sendo de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se ele o outorgante a fazer a presente doação sempre boa, firme e valiosa; que a doação ora feita o é com a condição de serem construídos nas referidas áreas ora doadas **Prédios destinados a Escolas**. (Certidão de Registros, Livro 135, Folha 109, 1969).

Além disso, é importante ressaltar que a doação do terreno foi formalizada de acordo com o Decreto de nº 20.829 de 22 de agosto de 1968, publicado no Diário Oficial do Estado em 23 de agosto de 1968, o qual estabeleceu as condições e termos da transferência de propriedade para o Estado da Bahia. Este decreto complementa a escritura de doação, fornecendo um arcabouço legal adicional que respalda a transação e assegura os direitos e obrigações das partes envolvidas.

Somente em outubro de 1970, a escola foi fundada com a denominação de Grupo Escolar Cansanção, na Rua Gustavo Santos Ribeiro, S/N, Bairro Cansanção, sob o Governo de Luiz Viana Filho, tendo como secretário Edivaldo Machado Boaventura, no município de Jequié Bahia. No ano de 1976 passou a se chamar Grupo Escolar Professora Floripes Sodré, através do Ato de criação Portaria nº 1294 de 13/04/1976 (Diário Oficial). A partir de 2003 pela Portaria 2395/2003 fica determinado a chamar-se Escola Estadual Professora Floripes Sodré para ministrar o Ensino Fundamental. A partir de 2010 fica determinado a chamar-se Colégio Estadual Professora Floripes Sodré. Através da Lei nº 2.042 de 15 de março de 2018, a escola foi municipalizada passando a chamar-se Escola Municipal Professora Floripes Sodré.

De acordo com o Regimento Escolar, fornecido pelo Núcleo Territorial de Educação (NTE-22), com data de entrada 29/12/2000, é estabelecida a estrutura e o funcionamento desta unidade escolar de Ensino Fundamental, a qual faz parte do Sistema Estadual de Educação, sendo criada e mantida pelo Poder Público Estadual, baseada na Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, com a devida observância das disposições da legislação pertinente. Segundo as disposições deste documento, embasadas na Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, são definidas a estrutura e o funcionamento da escola de Ensino Fundamental:

Art. 3º - Esta Unidade Escolar denomina-se: **Grupo Escolar Professora Floripes Sodré**,

Situado na AV. Gustavo dos Santos Ribeiro S/N, Cansanção – Jequié – BA CEP.

Art. 5º - A Unidade Escolar mantém a **educação básica no nível fundamental**.

Art. 6º - Esta unidade Escolar tem por objetivo geral proporcionar o educando do **Ensino Fundamental** a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição do conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores.

Art. 57º - A organização e desenvolvimento do ensino abrange aspectos que objetivam a garantia de uma ação pedagógica de qualidade, compreendendo: I – níveis, cursos e modalidades de ensino; II – currículos; III – progressão parcial e cotidiana.

Art. 59º - O Ensino Fundamental com duração mínima de **oito anos** tem como finalidade a consolidação e o aproveitamento dos conhecimentos, preparação básica para o trabalho [...]

Parágrafo Único – O ensino fundamental oferecido em **regime seriado** conforme dispões e legislação vigente e expresso neste regimento.

Art. 70º - O currículo deve observar os princípios pedagógicos da identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização. (Regimento Escolar, 2000)

É relevante atentar para as diretrizes estabelecidas pelo Regimento Escolar adotado pela instituição no ano de 2000, pois as disposições desse documento fornecem informações cruciais sobre o seu funcionamento interno. Apesar da denominação de “Grupo Escolar”, a estrutura e operação da escola estão alinhadas com os padrões do Ensino Fundamental conforme estabelecido pela Lei 5.692/71. Isso evidencia que, embora denominada Grupo Escolar, a escola não opera como um Ensino Primário característico dos grupos escolares estabelecidos no Brasil a partir de 1892.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das instruções que regulamentavam a organização e implantação no Brasil, em cada Estado brasileiro houve diferentes períodos de implantação e extinção. Nesse contexto, a hipótese para a criação do Grupo Escolar Professora Floripes Sodré em 1976 é resultado de uma interação complexa entre fatores regionais, sociais, políticos, econômicos e administrativos, que moldaram as decisões educacionais em um contexto específico. Dessa forma, pode-se considerar também a abordagem de que a implantação e a desativação dos grupos escolares ocorreram de forma lenta e gradual, principalmente em lugares mais distantes da capital, além disso, existe um tempo entre a publicação da lei o cumprimento na prática. Porém, é necessário entender a história da escola e o seu contexto regional.

Segundo Britto (1991), uma observação superficial dos problemas relativos ao estado da Bahia bastaria para revelar a evidência de dois fenômenos complementares que atingem a educação. O primeiro é a grande maioria de sua população condenada a uma espécie de marginalização socioeconômica, e o segundo repousa sobre a dissociação absoluta entre os investimentos educacionais do estado e o processo de desenvolvimento econômico (Britto. 1991, p.14).

Considerando que a pesquisa está em fase de desenvolvimento, até o momento, foram conduzidas diversas revisões bibliográficas e análises documentais, por isso, ainda não obteve respostas suficientes para as questões elencadas. A etapa subsequente com a utilização das pesquisas orais, poderão responder as questões referentes as práticas alfabetizadoras e metodologia de ensino da escola, visto que os documentos não foram encontrados. Em visita recente à Escola Municipal Floripes Sodré na cidade de Jequié-BA, ficou constatado que não existem documentos históricos referentes ao período pesquisado (1970 a 2003), como ata de criação da escola, boletins escolares, fotos antigas, etc., segundo o responsável pela escola, após uma reforma, muitos documentos se perderam.

Em visita ao NTE-22 (Núcleo Territorial de Educação), órgão responsável pelo controle e arquivamento de alguns documentos de escolas estaduais de Jequié, obtive apenas alguns dados referentes a fundação, autorização de funcionamento, mudanças de nomenclaturas e extinção e cópias do Regimento Escolar referente ao ano de 2000 e o Projeto Pedagógico referente a 2001.

As demais informações referentes aos primeiros grupos escolares na cidade, foram obtidas no site de Educação da Bahia e cópia do Diário Oficial de 1981. Algumas informações foram obtidas por meio de pesquisas em jornais antigos da cidade, no Museu Histórico João Carlos Borges (Jequié – BA), Biblioteca Municipal de Jequié, Câmara Municipal, Fundação Pedro Calmon (Salvador - BA). Além disso, é pertinente ressaltar que a obra denominada “A Nova História de Jequié”, elaborada pelo professor Emerson Pinto de Araújo, teve grande contribuição para a pesquisa.

Apesar de Jequié ter desempenhado um papel histórico significativo, contribuindo para o crescimento econômico e cultural do Estado da Bahia, infelizmente, a cidade carece consideravelmente de memória e fontes documentais. O acervo histórico atual no Museu consiste principalmente em jornais antigos da imprensa local, além de livros e arquivos doados por intelectuais. A ausência de documentos históricos pode ser atribuída não apenas à enchente de 1914 que assolou a cidade, mas também à negligência em relação ao arquivo público, à falta de informação e à escassez de profissionais capacitados para preservar esses registros. Um episódio lamentável que ilustra essa situação, ocorreu, quando uma diretora inexperiente da Biblioteca Municipal de Jequié incinerou vários livros e jornais antigos da cidade, rotulando-os como “velharia”.

Dessa forma, torna-se imperativo a implementação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico, visando evitar a destruição desse legado. De acordo com Araújo (1997, p. 500), para aqueles que desejarem realizar estudos aprofundados sobre a cultura dos primeiros tempos, na ausência de outras fontes, é essencial dedicar-se à leitura dos antigos periódicos, pois representam uma rica fonte de informações e material histórico de grande relevância para os pesquisadores do futuro.

Diante desse contexto, o desafio de registrar a história da alfabetização no Grupo Escolar Floripes Sodré se revela expressivo. Obstáculos como a escassez de documentos e, por vezes, a falta de cooperação das autoridades encarregadas, constituem barreiras que dificultam o trabalho do pesquisador. Contudo, busca-se explorar e esgotar todas as fontes disponíveis, necessárias para a construção dessa pesquisa que se mostrará de significativa relevância para a comunidade local e para a sociedade em geral.

Portanto, conclui-se que as questões elencadas neste artigo necessitam de maiores aprofundamentos, que poderão ser respondidos ou não, de acordo as novas descobertas, à medida do progresso das pesquisas de dissertação, e do desenvolvimento de novas metodologias de investigação. Assim, torna-se fundamental continuar explorando essas questões para ampliar nosso entendimento e contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emerson Pinto de, 1926, **A Nova História de Jequié**, Salvador: EGB Editora, 1997.

Bahia, Lei nº 2.463 de 13 de setembro de 1967 – Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia – Diário Oficial, Salvador -13/09/1967. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=68329&voltar=voltar>, acesso em 19/03/24.

Britto, Luiz Navarro de, 1935-1986. **Educação na Bahia: Propostas, realizações e reflexões**/Luiz Navarro de Britto. – São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador BA: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; Brasília, DF; INEP; [S.L.]: OEA, 1991. – (Coletânea Navarro de Britto; v. 1)

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, **Dos pardieiros aos palácios**: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República / Luciano Mendes Faria Filho, -Passo Fundo: UPF 2000. 213 p.

Jequié (BA). Registro Tabelionato de Jequié – Arthur Miranda Pereira - Certidão de Registros, Livro 135, Folha 109, 1969.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**/Paolo Nosella, Ester Buffa, 2ª ed-Campinas, SP: Editora Alinea, 2013. 1ª reimpressão 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1991. RESTREPO. Luis Carlos. El derecho aia ternura. Bogotá: Arango Editores, 1994.

Regimento Escolar Grupo Escolar Professora Floripes Sodré, 29/12/2000, DIREC-13, Jequié – Bahia.

ROCHA, Lúcia Maria de França; BARROS, Maria Leda Ribeiro de A educação Primária Baiana: Grupos escolares na penumbra In **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893-1971”**. VIDAL, Diana Gonçalves, 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006. v. 1. 376p.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para história da educação** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.28-35, ago. 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de, **Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)** / Rosa Fátima de Souza, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, - (Prismas)

SOUZA, Rosa Fátima de, Espaço da Educação e da Civilização – Origens dos grupos escolares no Brasil, In **O Legado Educacional do século XIX**: Ed. – Campinas, SP Autores Associados, 2014. 2.ed. (Coleção Educação Contemporânea)

VIDAL, Diana Gonçalves in **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893-1971”**. VIDAL, Diana Gonçalves, 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006. v. 1. 376p. Disponível em: <https://www.educacao.ba.gov.br/>, acesso em 19/03/2024.